



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 130

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Nº CNJ : 0012244-98.2014.4.02.5101 (2014.51.01.012244-5)
RELATOR : Desembargador Federal GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE : UNIAO FEDERAL
PROCURADOR : ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO : ANDRE LUIZ VALENTINO DA SILVA
ADVOGADO : RJ095297 - JOSE JULIO MACEDO DE QUEIROZ
ORIGEM : 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00122449820144025101)

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. RADIALISTA. REDUÇÃO DA JORNADA. VÍCIOS INEXISTENTES. REEXAME DE CAUSA. PREQUESTIONAMENTO. IMPROVIMENTO.

1. Cuida-se de embargos de declaração opostos pela União Federal contra o v. acórdão que, por unanimidade, negou provimento à apelação por ela interposta e deu parcial provimento à remessa necessária. A lide se refere a pedido de redução da jornada de trabalho do ora embargado, servidor público federal, ocupante do cargo de radialista, com base na Lei n.º 6.615/1978.

2. O acórdão embargado é claro, coerente e suficiente, sem sombra de omissão ou obscuridade, no seu entendimento de que se faz necessária a reforma da do *decisum* de primeiro grau apenas no que diz respeito à determinação da incidência de juros e correção monetária sobre o valor devido pela ré, ora embargante.

3. A questão da diminuição proporcional da remuneração do servidor não foi trazida em sede de apelação, inexistindo, portanto, omissão em relação ao que não foi sequer mencionado no apelo. De qualquer modo, a sentença, mantida pelo voto embargado, tratou expressamente do tema.

4. Não houve qualquer uma das causas que ensejariam o acolhimento dos embargos de declaração opostos, uma vez que, da leitura do voto embargado, se depreende que a matéria questionada foi devidamente enfrentada, embora não tenha este órgão julgador adotado a tese sustentada pela parte embargante. Resta claro, portanto, seu inconformismo, sendo certo que pretende, na verdade, a reforma da decisão proferida em razão de sua sucumbência, devendo, desta feita, buscar a via adequada para sua efetiva satisfação.

5. O prequestionamento da matéria, por si só, não viabiliza a oposição de embargos de declaração, dado que é necessária a demonstração inequívoca da ocorrência dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/2015, que ensejariam no seu acolhimento, o que não ocorreu.

6. Impende salientar que, conforme o artigo 1.025 do CPC/2015, para fins de prequestionamento, é prescindível a indicação ostensiva da matéria que se pretende seja prequestionada, sendo suficiente que esta tenha sido apenas suscitada nos embargos de declaração, mesmo que estes sejam inadmitidos ou rejeitados.

7. Embargos de declaração improvidos.



ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em sessão virtual, por unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 24/07/2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 126

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Nº CNJ : 0012244-98.2014.4.02.5101 (2014.51.01.012244-5)
RELATOR : Desembargador Federal GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE : UNIAO FEDERAL
PROCURADOR : ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO : ANDRE LUIZ VALENTINO DA SILVA
ADVOGADO : RJ095297 - JOSE JULIO MACEDO DE QUEIROZ
ORIGEM : 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00122449820144025101)

RELATÓRIO

1. Cuida-se de embargos de declaração opostos pela **União Federal** contra o v. acórdão que, por unanimidade, negou provimento à apelação por ela interposta e deu parcial provimento à remessa necessária. A lide se refere a pedido de redução da jornada de trabalho do ora embargado, servidor público federal, ocupante do cargo de radialista, com base na Lei n.º 6.615/1978.

2. Em suas razões de recurso, afirma a parte embargante que *“a decisão judicial ora recorrida é contraditória, porque determina a redução da jornada semanal, sem a correspondente adequação da remuneração do servidor público”*.

Aduz, ainda, que *“a eventual manutenção da procedência do pleito autoral encontra óbice na doutrina e jurisprudência pátrias, uma vez que ao Poder Judiciário, por não possuir típica atividade legiferante, por não poder atuar como legislador positivo, é vedado estender direito ou prerrogativa não prevista em lei.”*

Por fim, requer que sejam sanados os vícios apontados e, ainda, que se manifeste este juízo acerca da *“alegada violação aos arts. 884 e 885 do Código Civil, e aos arts. 2º, 5º, 37 e 169, § 1º, todos da Constituição da República, para fins de prequestionamento (Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça), sob pena de violação do art. 1.022, II, do Código de Processo Civil.”*

É o breve relatório.

Peço inclusão em pauta de sessão virtual, nos termos da Resolução n. 040, de 26.12.2016, da Presidência deste TRF, que regulamentou o art. 149-A, do Regimento Interno, para julgamento (artigo 1024, § 1º, do CPC de 2015).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

Desembargador Federal

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 127

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Nº CNJ : 0012244-98.2014.4.02.5101 (2014.51.01.012244-5)
RELATOR : Desembargador Federal GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE : UNIAO FEDERAL
PROCURADOR : ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO : ANDRE LUIZ VALENTINO DA SILVA
ADVOGADO : RJ095297 - JOSE JULIO MACEDO DE QUEIROZ
ORIGEM : 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00122449820144025101)

VOTO

1. Conheço do recurso, porque preenchidos seus requisitos de admissibilidade.

2. É sabido que o recurso de embargos de declaração é cabível quando verificada a ocorrência, na decisão impugnada, de qualquer dos vícios constantes dos incisos I, II e III, do artigo 1.022, do CPC/2015 (obscuridade, contradição, omissão e erro material), ou quando for omitido ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o juiz ou tribunal, não sendo este recurso meio hábil ao reexame da causa.

A omissão, a contradição e a obscuridade, em matéria de embargos de declaração, são, respectivamente, a falta de manifestação do julgador sobre pontos a respeito dos quais era fundamental o seu pronunciamento; a colisão de afirmações dentro da mesma decisão; e, a falta de clareza na redação, de modo que não é possível saber com certeza qual o pensamento exposto no acórdão.

3. Dito isso, mister ressaltar que não assiste razão à parte embargante, uma vez que inexistem os vícios apontados, conforme exponho a seguir.

4. O acórdão embargado é claro, coerente e suficiente, sem sombra de omissão ou obscuridade, no seu entendimento de que se faz necessária a reforma do *decisum* de primeiro grau apenas no que diz respeito à determinação da incidência de juros e correção monetária sobre o valor devido pela ré, ora embargante.

5. A questão da diminuição proporcional da remuneração do servidor não foi trazida em sede de apelação, inexistindo, portanto, omissão em relação ao que não foi sequer mencionado no apelo. De qualquer modo, a sentença, mantida pelo voto embargado, tratou expressamente do tema, conforme transcrevo a seguir, para espantar quaisquer dúvidas que possam pairar:

"Poder-se-ia cogitar, nesse contexto, da redução proporcional da remuneração, como decorrência necessária e automática da redução da jornada legalmente prevista para os servidores. Todavia, a remuneração é legalmente atribuída de forma estrita, em retribuição ao exercício do cargo público, regra geral, sem qualquer abertura para aumentos ou reduções à margem das possibilidades legalmente estabelecidas. Com isso, a implementação de redução de remuneração em proporção à redução de carga horária atentaria contra o princípio da legalidade.

Nesse sentido tem laborado a jurisprudência Regional:

(...)

Com efeito, o vínculo estatutário relativiza o sinalagma próprio das relações



contratuais, estabelecendo rigidamente as condições em que o trabalho é prestado pelo servidor e remunerado pela Administração. Assim, se não há previsão legal para pagamento proporcional de remuneração em caso de jornada reduzida, deve ser paga a remuneração definida legalmente, sem o que haverá irremediável ilegalidade.

Não há que se cogitar de violação ao princípio da isonomia em relação aos demais servidores, eis que a qualificação profissional do autor sujeita-o a uma regência jurídica diferenciada, tornando sua situação pessoal singular frente a dos demais servidores. No mais, se há outros servidores nas mesmas condições do autor, eles terão potencialmente o mesmo direito a ser postulado e obtido em Juízo.

Pelo que se nota, a adequação da jornada do autor ao previsto na legislação especial, longe de dar ensejo a proporcional redução remuneratória, acarretará o pagamento, como extraordinárias, das horas que tenham excedido da jornada especial."

6. Verifica-se que não houve qualquer uma das causas que ensejariam o acolhimento dos embargos de declaração opostos, uma vez que, da leitura do voto embargado, se depreende que a matéria questionada foi devidamente enfrentada, embora não tenha este órgão julgador adotado a tese sustentada pela parte embargante. Resta claro, portanto, seu inconformismo, sendo certo que pretende, na verdade, a reforma da decisão proferida em razão de sua sucumbência, devendo, desta feita, buscar a via adequada para sua efetiva satisfação.

7. O prequestionamento da matéria, por si só, não viabiliza a oposição de embargos de declaração, dado que é necessária a demonstração inequívoca da ocorrência dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/2015, que ensejariam no seu acolhimento, o que não ocorreu.

8. Por derradeiro, impende salientar que, conforme o artigo 1.025 do CPC/2015, para fins de prequestionamento, é prescindível a indicação ostensiva da matéria que se pretende seja prequestionada, sendo suficiente que esta tenha sido apenas suscitada nos embargos de declaração, mesmo que estes sejam inadmitidos ou rejeitados.

Nesse sentido é o escólio de Cassio Scarpinella Bueno:

*"Sobre o ponto, aliás, cabe evidenciar que na revisão final a que o texto do novo CPC foi submetido antes de seu envio à sanção presidencial a palavra original, constante do Projeto da Câmara, 'pleiteou' foi substituída por 'suscitou'. Para quem conhecer a prática do foro sobre o que é e sobre o que não é prequestionamento, há diferença patente. Pleitear parece ser algo mais incisivo, no sentido de ter de haver, nos embargos de declaração, pedido claro 'para fins de prequestionamento'. **Suscitar, por sua vez, que é o verbo afinal empregado, dá margem a entendimento mais brando no sentido de ser suficiente que o tema tenha sido tratado en passant, ventilado, como se costuma dizer, nos embargos. A 'redação' final, destarte, só acaba por aprimorar o ritual referido acima.**"*

(SCARPINELLA BUENO, Cassio. Novo Código de Processo Civil anotado. São Paulo: Saraiva, 2015. Negritei agora).



9. Ante o exposto, conheço, porém **nego provimento aos embargos de declaração.**

É como voto.

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator